

Normas técnicas para publicações

A Revista do Ministério Público é uma revista quadrimestral, editada pela Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, destinada à publicação de trabalhos de Promotores e Procuradores de Justiça, professores, alunos, pesquisadores e demais profissionais envolvidos em estudos produzidos na área do Direito ou afim. Serão aceitos trabalhos originais que se enquadrem nas categorias de relato de pesquisa, experiência profissional, atualizações e comunicações. A Revista adota as seguintes normas de publicação:

Normas editoriais

1. Serão aceitos apenas trabalhos inéditos.
2. Os artigos passarão pela apreciação dos Editores.
3. Os Editores encaminharão os artigos para apreciação do Conselho Editorial, que poderá fazer uso de consultores *ad hoc*, a seu critério, inclusive integrantes do Conselho de Professores convidados, para análise, recomendando ou rejeitando a publicação.
4. Os pareceres comportarão três possibilidades:
 - a) aceitação integral;
 - b) aceitação com reformulações;
 - c) recusa integral. Os originais, mesmo quando não aproveitados, não serão devolvidos.
5. Os autores serão informados sobre eventuais modificações a serem realizadas.
6. Os Editores e o Conselho Editorial reservam-se o direito de fazer pequenas alterações no texto dos artigos. Modificações substanciais serão solicitadas aos autores com prazo definido.
7. Os artigos serão aceitos em outra língua, além do português.
8. As opiniões emitidas nos artigos são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não constituindo sua aceitação motivo para se entender que os responsáveis pela Revista do Ministério Público compartilham das suas opiniões ou juízos.
9. Os direitos autorais obtidos pela publicação do artigo não serão repassados para o autor do artigo, que concorda, desde já, com a divulgação integral do artigo na rede mundial de computadores ("Internet"), na página eletrônica da Revista, sem qualquer ônus para a Revista ou direito autoral para o articulista.

Forma de apresentação dos manuscritos

Os artigos deverão ser encaminhados em CD e em três vias impressas, digitadas em espaço de 1,5 nos parágrafos e duplo entre os parágrafos, fonte Times New Roman, tamanho 12, com o número de páginas apropriado à categoria em que o trabalho se insere, em folha A4, com formatação de margens superior e inferior (no mínimo 2,5 cm), esquerda e direita (no mínimo 3 cm), em páginas numeradas, e também para o e-mail revistamp@amprs.org.br.

As notas de página deverão atender ao seguinte padrão:

a) Citações Iniciais: informação plena sobre a fonte, incluindo o nome do autor, título da fonte científica, edição, página e ano de publicação – Exemplo Silva, João. *Teoria do Direito*. Edição. Ano, p...

b) Citações já referidas: informação parcial, incluindo o nome do autor e página –
Ex Silva, João. Op. Cit, p....

A apresentação dos trabalhos deverá ter as seguintes orientações: a) título do artigo; b) nome dos autores; c) em nota de rodapé, a qualificação resumida do(s) autor(es) e seus endereços de correspondência eletrônica (e-mail); d) sumário (resumo); e) abstract (inglês); f) palavras-chave, no máximo seis; g) *Keywords* (inglês); e h) ao final texto o autor deverá apresentar a bibliografia completa.

Padrão Editorial

1. **ENSAIOS JURÍDICOS** - textos entre 10/20 laudas (com título, nome do(s) autor(es), suas qualificações e e-mail, com apresentação de sumário apenas);

2. **ARTIGOS DE DOCTRINA INSTITUCIONAL** - textos entre 20/35 laudas, elaborados por membros do Ministério Público (com título, nome do(s) autor(es), suas qualificações e e-mail, com apresentação de abstract/resumo/palavras-chave/keywords obrigatórios);

3. **ARTIGOS DE DOCTRINA NACIONAL** - textos de pesquisa jurídica científica, entre 20/35 laudas, elaborados por profissionais do Direito, professores, acadêmicos (com título, nome do(s) autor(es), suas qualificações e e-mail, com apresentação de abstract/resumo/palavras-chave/keywords obrigatórios);

4. **ARTIGOS DE DOCTRINA INTERNACIONAL** - textos de pesquisa jurídica, escritos em língua estrangeira de acordo com as normas do país/instituição em que for elaborado.

Todo manuscrito encaminhado à Revista deverá estar de acordo com as normas éticas de pesquisa, vigentes na área do respectivo trabalho, e deverá estar acompanhado de uma carta assinada pelo autor principal, onde esteja explícita a intenção de submissão do trabalho à publicação, contendo autorização para reformulação da linguagem, quando necessário, e dispensando os direitos autorais. Em caso de trabalho de autoria múltipla, a versão final deverá ter a assinatura de todos os autores.

Os artigos enviados poderão ser divulgados, ainda, na rede mundial de computadores ("Internet"), na página eletrônica da Revista, sem qualquer ônus para a Revista ou direito autoral para o articulista.

Encaminhamento: toda correspondência deve ser enviada à Revista do Ministério Público/RS.

Endereço para contato

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul Sede Administrativa da AMP/RS

Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501, 90050-191 -Porto Alegre-RS E-mail: revistamp@amprs.org.br